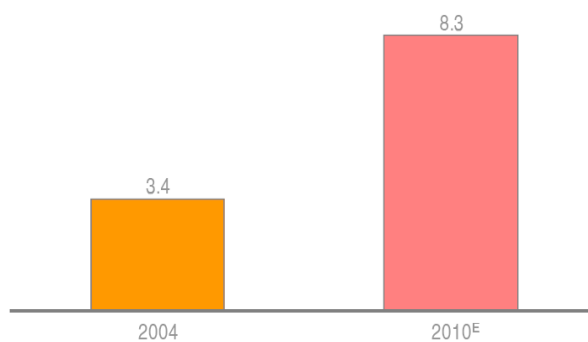


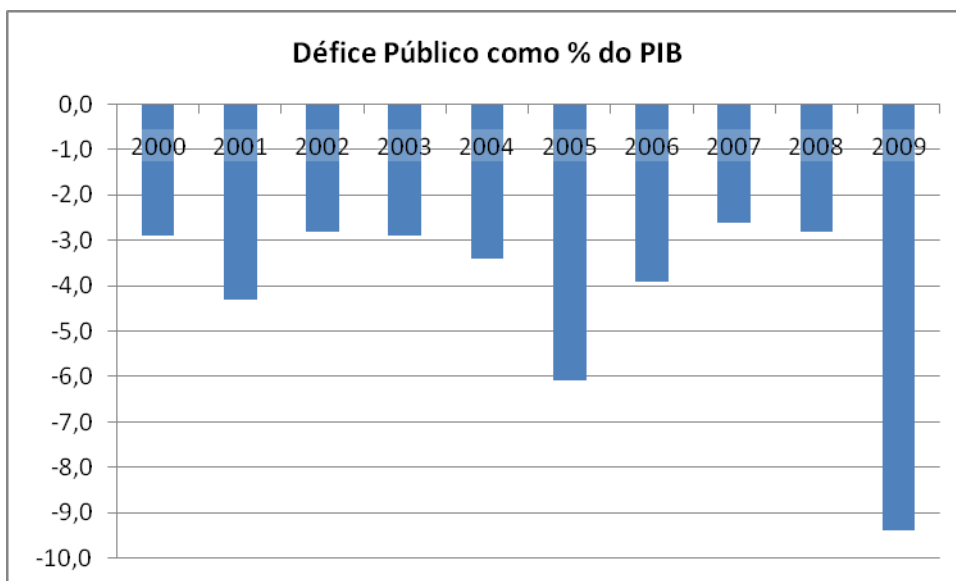


Portugal vive uma situação extraordinária de verdadeira emergência das suas finanças públicas.

Tal situação tem sido agravada pelo contexto negativo financeiro que se vive em toda a Europa. Mas é inequívoco que se Portugal está hoje mais vulnerável a essa situação financeira internacional é porque tem seguido políticas erradas como se demonstra nos quadros seguintes:

Défice Público, 2004 e 2010 (Percentagem do PIB)

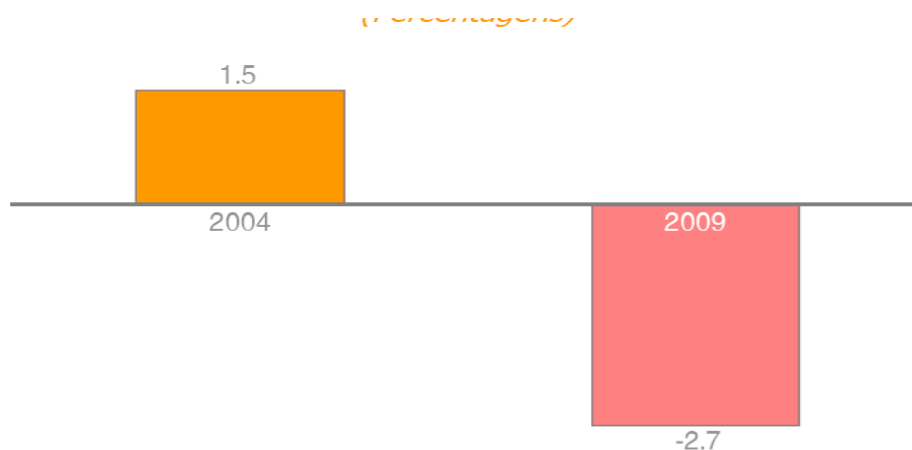




Trajectória Dívida Pública total em % PIB

	2005	2006	2007	2008	2009
Dívida Pública directa	63,6	64,7	63,6	66,8	77,2
Dívida Pública Indirecta	25	24,7	25,8	28,9	37,5
Endivid.					
EPNF	14,9	16	17,4	19,8	21,8
Encargos					
PPP	10,1	8,7	8,5	9,1	15,7
Dívida pública total	88,5	89,4	89,4	95,3	114,7

Crescimento económico, 2004 e 2009 (Percentagens)



Pelo que se pode observar, não foi apenas pela crise internacional que Portugal chegou à situação que estamos a viver. Se é verdade que Portugal vive hoje um cenário de potencial contágio no espaço europeu, a razão fundamental por que o nosso país está nessa situação tem a ver com as estratégias políticas erradas que foram seguidas. E o PSD não é, certamente, responsável por este contexto de dificuldades.

Porém, esta situação de emergência nacional com que estamos confrontados faz com este não seja o momento para se assacar as responsabilidades ao PS e ao seu governo. Haverá certamente um tempo em que o apuramento de responsabilidades deverá ter lugar, por uma razão de transparência da nossa vida democrática. Nesta altura, a nossa principal preocupação deve ser Portugal e os portugueses.

Nesse sentido, o objectivo fundamental, no momento presente, é o combate ao défice público. Ainda há poucas semanas, o PSD reafirmou a necessidade de se reforçar as medidas de combate a esse problema central das nossas contas públicas, nomeadamente através de um reforço das propostas de combate ao défice no Programa de Estabilidade e Crescimento. Alertámos, também, para a necessidade de suspender e adiar os mega-projectos de investimentos públicos e de parcerias público-privadas, como forma de credibilizarmos a nossa actuação junto dos mercados internacionais e de garantir o financiamento interno à economia.

Tivéssemos mais cedo tomado as medidas certas, que o PSD vinha pugnando e, porventura, hoje Portugal não estaria numa situação de tanta emergência.

É público que ainda este fim-de-semana, em Bruxelas, o Governo se comprometeu com o objectivo de alcançar, já este ano, uma redução adicional de mais 1% do défice.

Este objectivo foi claramente assumido como contrapartida pelas decisões verdadeiramente extraordinárias que o Conselho Europeu e o Banco Central Europeu tomaram na defesa da estabilidade do Euro e, portanto, na defesa da estabilidade económica e financeira de países como Portugal.

Colocados perante este cenário, temos consciência de que dificilmente os mecanismos agora aprovados na União Europeia poderão ir mais longe no apoio e defesa do Euro.

Por isso, o PSD entende como indispensável que este objectivo de redução adicional de redução do défice seja cumprido por Portugal.

O PSD, colocando, mais uma vez, o interesse de Portugal primeiro, irá cooperar para que o País ultrapasse este momento de extrema dificuldade e honre o compromisso de redução do défice que foi assumido, no plano europeu.

Cumprirá, em primeira instância, ao Governo concretizar e quantificar as medidas necessárias para se alcançar os compromissos assumidos de redução do défice.

O Conselho Nacional do PSD, nestas circunstâncias extraordinárias que o País vive, mandata a Comissão Política Nacional para avaliar as medidas em concreto que o Governo vier a apresentar, devendo, no entanto, ficar ressalvadas as seguintes orientações:

1. Os sacrifícios adicionais que vierem a ser apresentados pelo Governo têm que ser distribuídos de forma justa e equilibrada, com o Estado a dar o exemplo e garantindo a discriminação positiva dos portugueses em condições mais desfavoráveis.
2. O saneamento das finanças públicas deverá ser alcançado por um efectivo esforço de redução da despesa pública, a qual deverá equilibrar o eventual aumento da receita que o Governo venha a propor, com carácter extraordinário e transitório.
3. Para que estes sacrifícios dos portugueses valham a pena será, ainda, importante garantir o compromisso do fim do recurso à desorçamentação pública, fixar limites apertados ao endividamento das empresas públicas e abolir qualquer excepção à observância do Código da Contratação Pública, por parte de serviços ou empresas participadas pelo Estado.
4. Em ordem a garantir a transparência e o rigor da aplicação das medidas que vierem a ser aprovadas, com as orientações atrás referidas, deverá ser supervisionada a monitorização mensal da execução orçamental, por entidades independentes do Governo, sediadas junto da Assembleia da República e reforçadas nos seus meios com o recurso a serviços do Estado.
5. Num momento em que pedem aos portugueses sacrifícios excepcionais, a classe política e os gestores públicos têm a obrigação ética de dar o exemplo. Não se trata por isso de entender que os políticos e os gestores ganham muito ou pouco. Trata-se do reconhecimento que é a estes que compete dar o primeiro sinal de sacrifício que se está a pedir a todos os portugueses. Assim, propõe-se que seja, em simultâneo, aprovado o corte sobre os vencimentos dos políticos e gestores públicos em montante, no mínimo, equivalente ao aumento fixado em 2,9%, no ano transacto.
6. O PSD considera que, para além do imprescindível esforço de estabilização das contas públicas, devem ser lançadas as bases para uma nova agenda de crescimento e de emprego, nomeadamente em torno da aposta: no conhecimento e no

empreendedorismo, na focalização numa nova carteira de actividades de bens transaccionáveis e na sustentabilidade ambiental.

A Comissão Permanente Nacional